

# DhESCA BRASIL INFORMA

Número 07 – Agosto de 2007

---

## NESSE NÚMERO

- Missão em São José dos Campos da Relatoria Nacional do Direito Humano à Moradia Adequada e Terra Urbana;
- Plataforma DhESCA Brasil define próximos passos;
- MAB denuncia violações de direitos humanos;
- Contra-Informe da Sociedade Civil ao VI Relatório Nacional Brasileiro à CEDAW;
- Lideranças dos Movimentos sociais do campo de Alagoas são ameaçadas de morte.

As entidades que tiverem interesse em divulgar suas ações nos próximos números, solicitamos que enviem para o email [comunicacaodhesc@yahoo.com.br](mailto:comunicacaodhesc@yahoo.com.br).

## NOTÍCIAS

---

### **MONITORAMENTO – RELATORIA NACIONAL DO DIREITO HUMANO À MORADIA ADEQUADA E TERRA URBANA**

#### **Missão Em São José dos Campos**

A Relatoria Nacional do Direito Humano à Moradia Adequada, da PDhESC realizou neste mês de julho, a missão de monitoramento em São José dos Campos/São Paulo. A maioria dos casos ali acompanhados já estavam incluídos na primeira parte do monitoramento, realizado em 2006. A região de São José dos Campos abriga 16 áreas de favelas, com aproximadamente 2.800 famílias. Nos últimos 10 anos a Prefeitura Municipal tem tomado medidas políticas e financeiras para implantar o 'Programa de Desfavelização da Cidade', que consiste basicamente em remover as famílias de menor poder aquisitivo que moram em favelas localizadas na região central para a periferia da cidade. Na maioria dos casos relatados pela Associação de Favelas, Central de Movimentos Populares e a Coordenação dos Movimentos Populares da América Latina, a realocação não atende as necessidades dos moradores das favelas que vêm a situação se agravarem pela inadequação do novo espaço urbano que conta apenas com a infra-estrutura básica. Devido a negligência da Prefeitura de São José dos Campos e também o não diálogo com os Movimentos Sociais, estes requisitaram esta nova visita da Relatoria.

A Relatora Nacional Lucia Moraes realizou as visitas nas áreas, acompanhada da Procuradora da República Elia Vechia e da Promotora Ivana Farina – do Conselho Nacional de Promotores Públicos. Logo após as visitas em todas as áreas previstas, esta Comissão realizou audiência pública e, foi constituída uma Comissão de Monitoramento, com representantes de todas as áreas visitadas nas duas missões, Defensoria Pública, Ministério Público Federal, Caixa Econômica Federal, Central de Movimentos Populares, MUST e Plataforma DhESCA.

Entre os casos, a relatora destaca como um avanço a ocupação Pinheirinho, que “frente a situação do monitoramento passado consideramos que conseguimos

avanços, pois as famílias que hoje estão em 1300, não foram despejadas." Mas afirma "que houve ampliação do número de famílias e o Poder Público não tomou nenhuma providência para dar melhor estrutura."

O caso mais alarmante da Missão, considerado pela Comissão, foi o da Vila Rossi. Está em projeto a construção de uma via expressa na Cidade – a Via Norte – com o objetivo da não utilização da Via Dutra para tráfego municipal. A Prefeitura para dar continuidade as obras fez a proposta de compra de diversas casas dos moradores da Vila, porém sem dar informações completas sobre como se daria o processo. Além disso ainda existem informações conflitantes. "Não está claro se a área possuirá compensação ambiental, já que há a suspeita que a Via Norte passará por área de proteção ambiental, também não se sabe se não ocorrerá lá especulação imobiliária." disse Lucia.

Todos os casos monitorados foram relatados ao Ministério Público Federal e Procuradoria Geral do Estado. As outras visitas aconteceram nas seguintes áreas: Jardim São José II, Santa Cruz I e II, Ocupação da Rede Ferroviária, Conjunto Habitacional Henrique Dias . A maioria apresenta condições inalteradas da situação anterior.

### **Providências**

Na audiência pública a Relatoria Nacional pela Moradia reforçou as recomendações da missão anterior e ainda foi incluída a efetivação da tarifa social de energia e água e em relação à vistoria técnica nos conjuntos habitacionais do Jardim São José II, Santa Cruz I e CDHU, para avaliação dos reparos necessários. Em relação à Via Norte, recomendou-se a ampla divulgação das informações acerca do destino das áreas e a consulta aos atingidos pelas obras, além do respeito aos valores de mercado nas casas em que os moradores acordarem a venda.

Em breve, o relatório final do Monitoramento será encaminhado aos órgãos responsáveis nas esferas municipal, estadual e federal, incluindo o Ministério Público.

---

### **PLATAFORMA DhESCA BRASIL DEFINE PROXIMOS PASSOS**

As últimas reuniões da coordenação colegiada da Plataforma DhESCA definiram novos eixos de atuação para o triênio 2007-2010. São eles: Formação e Difusão em DhESCA, Monitoramento dos DhESCA e Fortalecimento Político-Institucional da Plataforma DhESCA Brasil. Entre os principais objetivos a serem atingidos destacam-se no campo da formação e difusão: elaborar teoricamente sobre os DhESCA na realidade brasileira e latino americana; desenvolver processos de formação em DhESCA com base nos acúmulos alcançados. Para o segundo eixo propõe-se os seguintes objetivos: Avançar na realização dos DhESCA e monitorar o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado Brasileiro para a garantia dos direitos; divulgar e buscar a efetividade dos DhESCA do PIDESC e de outros marcos relativos aos DhESCA junto aos órgãos nacionais para implementação de políticas públicas e mobilização da sociedade civil; acompanhamento e incidência nas políticas de direitos humanos no processo de integração regional do Mercosul. O principal objetivo para o eixo de Fortalecimento Político-Institucional é prosseguir no processo de consolidação institucional e organizacional da Plataforma DhESCA Brasil como uma das principais articulações brasileiras sobre a temática dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais.

---

### **MAB DENUNCIA VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS**

Em 2006, após a visita da relatora especial da ONU, Hina Jilani, na Hidrelétrica de Campos Novos, o MAB (Movimento dos Atingidos pelas Barragens) encaminhou sete denúncias relativas a áreas de comunidades atingidas por barragens, ao CDDPH; Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Ministério da Justiça). Junto a estas denúncias, também o Ministério Público Federal encaminhou 5 casos, totalizando assim um conjunto de 12 denúncias. Destas, seis foram encaminhadas no início de 2007, para investigação que vem sendo realizada por uma Comissão Especial do CDDPH, formada pelo Ministério Público Federal, Defensoria Pública, Ministérios do Meio Ambiente e o MAB.

Segundo Leandro Scalabrin - do MAB, tudo o que foi denunciado vem se confirmando nas visitas já realizadas. Desde o desrespeito pelo direito à informação até a violação dos Dhesca. Ainda complementou afirmando que as pessoas, nas barragens vem perdendo cada vez mais condições dignas de moradia, além de serem criminalizadas quando se organizam para reivindicar seus direitos. R21;

Os casos monitorados são: Acauã (Paraíba), Aimores (Minas Gerais), Foz de Chapecó e Tucuruí (Pará), Cana Brva (Goiás), Barra Grande (Rio Grande do Sul) e Complexo Madeira (Tocantins). A expectativa sobre os trabalhos desta Comissão, segundo Scalabrin é R20; que algo seja feito para que as populações tenham leis e proteção fortalecendo sua luta e que lhes sejam devolvidos os direitos fundamentais. \_\_\_\_\_

## DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER

### Contra-Informe da Sociedade Civil ao VI Relatório Nacional Brasileiro à CEDAW

A AGENDE (Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento) informa os últimos acontecimentos do trabalho realizado em conjunto a várias entidades e organizações não governamentais, na elaboração do Contra Informe da Sociedade Civil ao VI Relatório Nacional Brasileiro à CEDAW (2001-2005). Representantes do Grupo Impulsor do Contra Informe esteve em Nova York para participar da 39ª sessão do Comitê sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Comitê CEDAW). Em representação ao Grupo Impulsor do Contra-Informe estiveram presentes nessa sessão as seguintes redes e organizações: Agende Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE), Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM-Brasil), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas (REDEFEM) e Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (Rede Feminista de Saúde).

Dando continuidade ao monitoramento da 39ª sessão do Comitê CEDAW, que nesta ocasião examina o cumprimento, pelo Brasil, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), referente ao período de 2001 a 2005, a AGENDE destaca o debate das entidades com o comitê do governo sobre o Relatório Oficial do Brasil, ocorrida no último dia 25 de julho (quarta-feira).

Durante todo o dia de exame do relatório governamental brasileiro, em que as ONGs participam como observadoras, o Comitê do Contra Informe realiza o que se chama de diálogo construtivo com o Estado. É feita uma primeira apresentação de 30 minutos por parte do governo, seguida de várias séries de perguntas e respostas feitas por blocos de artigos da Convenção. Em cada bloco de perguntas e respostas pode haver questões de seguimento para esclarecimentos adicionais, se assim solicitado pelas peritas que efetuarem perguntas naquele bloco.

#### DEBATE

Durante a sessão a Ministra Nilcéia Freire, presente na reunião, destacou o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (dezembro de 2004), que segundo ela marcou uma importante mudança na forma como o Brasil lida com a desigualdade de gênero. O Plano, criado por um grupo de trabalho de representantes de 7 ministérios - disse a Ministra - focou-se nos princípios de igualdade e respeito à diversidade, equidade de gênero, autonomia das mulheres, Estado laico, políticas universais, justiça social, transparência na administração pública e monitoramento social. O

Entre os questionamentos feitos ao governo, destaca o que levantou sobre o funcionamento, impacto e articulação de programas governamentais e de mecanismos nacionais de direitos das mulheres, em nível federal, estadual e municipal. O Comitê reconheceu a existência de mecanismos de igualdade de gênero em nível federal, mas disse que buscava informação sobre o impacto dos programas específicos de governo e o comprometimento das estruturas descentralizadas do país para implementar a Convenção. A Ministra Nilceia Freire respondeu que “quando uma estrutura tinha competência exclusiva em determinada área, a outra não poderia interferir em suas políticas. Por exemplo, o Ministério da Justiça não poderia criar novos órgãos para os estados da Federação, porque isso significaria invadir a competência deste ente político, constitucionalmente estabelecida. O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), informou a Ministra, contém 199 ações amplas e integrais implementadas por 11 ministérios e 3 secretarias especiais. Mencionou a existência de um mecanismo de monitoramento e avaliação do PNPM, que se reúne a cada dois meses, incluindo membros dos ministérios responsáveis por implementar qualquer política específica, e disse que toda essa informação está acessível na internet, na página da SPM.”

Outro questionamento importante feito durante o debate foi o referente a Lei Maria da Penha. O Comitê cumprimentou o governo por finalmente ter conseguido aprovar uma legislação sobre violência doméstica depois de tantos anos, mas ressaltou que a legislação somente poderia ser útil se as vítimas tivessem consciência da sua existência e dos mecanismos disponíveis para sua utilização. A ministra Nilceia Freire informou que as ONGs ajudavam no monitoramento para a implementação da Lei Maria da Penha, e que o governo estava pagando especialistas e ONGs para efetuarem esse trabalho (Observatório). Disse que a lei era complexa, tendo sido elaborada após um processo participativo envolvendo um consórcio de ONGs, que atuaram junto ao grupo de trabalho interministerial do governo. Disse que a lei, apoiada pela sociedade civil e pelo Congresso Nacional, era de implementação obrigatória em todos os estados da Federação.

Os próximos passos do Comitê serão aguardar a publicação das Observações Finais do Comitê, as quais conterão os principais pontos de preocupação e as recomendações do Comitê ao Estado brasileiro em relação à implementação da Convenção CEDAW, levando em conta as informações contidas nos relatórios do Estado e da sociedade civil; as respostas do governo à lista de questões apresentadas ao Comitê previamente à sessão, e principalmente, os temas levantados durante o diálogo construtivo com o Estado durante o Estado durante 36ª Reunião do Comitê CEDAW.

Para saber mais acesse: [www.agende.org.br](http://www.agende.org.br)

---

## DENÚNCIA

### **Lideranças dos Movimentos sociais do campo de Alagoas são ameaçadas de morte**

A CPT denuncia que lideranças dos movimentos sociais têm sido ameaçadas por latifundiários de Alagoas. As ameaças são reações dos proprietários em resposta aos eventos da jornada de lutas ocorrida em comemoração ao Dia do Trabalhador Rural. No dia 24 de julho, cerca de 800 pessoas ligadas à CPT, MST, MLST e MTL ocuparam a fazenda Boa Vista do deputado Olavo Calheiros, no município de Murici, Alagoas. No dia 25, houve uma marcha dos trabalhadores sem terra pelas ruas de Murici e um ato em frente à prefeitura e ao cartório. A ocupação foi motivada pelo fato de haver suspeita de que a fazenda teria sido adquirida pela família Calheiros de forma irregular, com a conivência do cartório. O imóvel foi vistoriado pelo INCRA em 1999 e classificado como improdutivo. Porém, sem nenhuma justificativa, o processo foi arquivado pelo INCRA nacional e desapareceu dos arquivos. Pouco tempo depois, a

fazenda foi apropriada pela família Calheiros. Além da fazenda Boa Vista, encontram-se em condições semelhantes as fazendas Santo Aleixo, Bananeiras, São Bernardo e Cocau.

A manifestação pública e pacífica dos movimentos sociais representou uma forma de protesto contra toda grilagem de terras - uma prática ilegal, mas ainda vigente e comum no Brasil. Durante a ocupação do imóvel, trabalhadores da região reconheceram que pistoleiros ligados a latifundiários, disfarçados de operários da Companhia Energética de Alagoas (CEAL), inclusive usando um carro da CEAL, estiveram na fazenda com a desculpa de verificação das instalações elétricas. Segundo informações de fontes que não querem ser identificadas, eles tinham a tarefa de reconhecer as lideranças presentes.

No dia 25, durante um ato em frente à prefeitura, pessoas ligadas ao prefeito Renan Calheiros Filho, conhecido como Renanzinho, fotografaram as principais lideranças do protesto. Essas fotos foram exibidas e seus autores comentaram que "o senador não seria desmoralizado".

No dia 26 de julho, a fazenda foi desocupada pacificamente, mediante promessa do Desembargador/Corregedor Sebastião da Costa Filho de agilizar o processo que solicita a intervenção no cartório de Murici. Após a desocupação, o deputado Olavo Calheiros começou utilizar um tom agressivo contra o governo de Alagoas, devido à opção do governador de fazer uso do diálogo para cumprir a reintegração de posse, dada em 24h. pelo juiz José Neto, da comarca de União dos Palmares.

O protesto unificado dos movimentos sociais rurais de Alagoas (CPT, MST, MLST e MTL) foi muito importante, pois resultou em uma investigação judicial do cartório suspeito de ter falsificado documentos de posse de terras para beneficiar grandes fazendeiros, inclusive a família Calheiros.

Após a intervenção no cartório, há fortes indícios na região de planos de assassinato de lideranças dos movimentos sociais rurais. Em sessão da Assembléia Legislativa, no dia 2 de agosto, o deputado João Beltrão, que goza de fórum privilegiado e responde por processos utilização de pistolagem em Alagoas, qualificou os movimentos que atuam no campo como "um bando de maloqueiros" e disse, em tom de ameaça, que deixaria a política caso os movimentos ocupassem uma das quatro fazendas que possui. Na região de Murici, comenta-se que o deputado João Beltrão teria se colocado a disposição dos Calheiros para resolver a "pendência" com os sem terra. Os fatos preocupam pelo passado do deputado e podem colocar em risco as lideranças dos movimentos que atuam no campo em Alagoas.

A CPT denuncia a repressão a estes movimentos e seu temor de que haja uma reação violenta por parte dos latifundiários denunciados no protesto, pois as ameaças podem se materializar, inclusive com a utilização da pistolagem. Exigimos, portanto, que todas as ameaças e formas de repressão sejam investigadas e que o poder público garanta os direitos democráticos de manifestação das organizações sociais.

(fonte: CPT)

## AGENDE-SE

---

**Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento PIDHDD**

### INTEGRATEMAS

Confiram no site [www.pidhdd.org](http://www.pidhdd.org), textos completos sobre os INTEGRATEMAS - uma série de análises publicadas pela PIDHDD sobre os problemas de integração e o impacto das políticas de livre comércio propostas pelos Estados Unidos.

Acesse os textos aqui: [http://www.pidhdd.org/rubrique.php3?id\\_rubrique=54](http://www.pidhdd.org/rubrique.php3?id_rubrique=54)

Interatividade no site: Participem da PIDHDD, enviando textos, comentários, artigos e notícias para a seção MOSAICO DESC. Confira aqui: [http://www.pidhdd.org/rubrique.php3?id\\_rubrique=60](http://www.pidhdd.org/rubrique.php3?id_rubrique=60)

---

**15 de agosto de 2007**

**Conectas**

### **VII Colóquio Internacional de Direitos Humanos**

Com inscrições prorrogadas até o dia 15/08, o **VII Colóquio Internacional** busca reunir um amplo leque de jovens ativistas e acadêmicos com o objetivo de aperfeiçoar o entendimento mútuo sobre direitos humanos no hemisfério sul e construir novas redes de cooperação entre ONGs, meio acadêmico, e as Nações Unidas. É um encontro anual que reúne ativistas e acadêmicos de direitos humanos da América Latina, África e Ásia, pelo período de uma semana para trocar experiências aprendendo uns com os outros, ter acesso a uma perspectiva inovadora sobre temas na área e favorecer o trabalho em rede. O Colóquio tem como intuito proporcionar um efeito multiplicador que beneficie tanto os participantes como suas organizações. Para mais informações, visite [www.conectas.org/coloquio](http://www.conectas.org/coloquio). Se tiver alguma dúvida, escreva para [coloquio@conectas.org](mailto:coloquio@conectas.org).

---

### **EXPEDIENTE**

---

**Assessora de Imprensa**

Ana Carolina Caldas

**Secretário Executivo da Plataforma DhESCA Brasil**

Gabriel Jamur Gomes

Mais informações sobre a Plataforma DHESCA Brasil acesse o site:  
[www.dhescabrasil.org.br](http://www.dhescabrasil.org.br)